

CONSIDERAÇÕES SOBRE O GOLPE MILITAR DE 21 DE AGOSTO DE 1971 NA BOLÍVIA¹

Aldo Duran Gil²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre alguns aspectos importantes em relação ao golpe militar de 21 de agosto de 1971 na Bolívia, que derrubou a Assembleia Popular e o governo Torres (1970-1971), e seu impacto nos âmbitos nacional e internacional. Para tanto, examina-se o caráter de classe do golpe na conjuntura de 1970-1971, focando o sentido da mobilização a favor do golpe e seu caráter internacional.

Palavras-chave: Golpe de Estado; Ditadura militar; Crise política; Bolívia; América Latina.

CONSIDERATIONS ON MILITARY COUP OF 21 AUGUST 1971 IN BOLIVIA

ABSTRACT

This article aims to reflect on some important aspects regarding the military coup of August 21, 1971 in Bolivia, which overthrew the People's Assembly and the government Torres (1970-1971), and their impact on national and international levels. To do so, it examines the class character of the coup in the conjuncture of 1970-1971, focusing on the meaning of mobilization in favor of the coup and its international character.

Keywords: Coup; Military dictatorship; Political crisis; Bolivia; Latin America.

Introdução

A conjuntura de 1970-1971 (sob o governo Torres) condensou as principais crises políticas e contradições: crise do Exército, crise do nacionalismo revolucionário, crise final do sistema político e do Estado populista, e possibilidade real da tomada do poder pelo proletariado boliviano - germe de uma crise revolucionária, próxima de uma situação de duplo poder com a instauração da Assembleia Popular.³ Para mostrar o caráter que adquiriu a empreitada golpista, devemos analisar dois aspectos importantes: o sentido da mobilização a favor do golpe (e por conseguinte, contramobilização em relação à mobilização das massas trabalhadoras, camponesas e indígena a favor da Assembleia Popular e o governo Torres) feita pela coalizão político-partidária viabilizada pela Frente Popular Nacionalista (FPN)⁴; e o caráter internacional do golpe.

Caráter da mobilização a favor do golpe militar

O sentido da mobilização a favor do golpe militar, comandada pelas classes dominantes e imediatamente depois do golpe, de maneira nenhuma se configura como uma situação semelhante à mobilização realizada pelo partido fascista, como ocorreu no processo de ascensão do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha. Guillermo Lora e

René Zavaleta referem-se – alusivamente – à manifestação massiva de apoio ao golpe realizada no dia 23 de agosto de 1971 em La Paz, cuja composição expressava a presença majoritária das camadas médias urbanas e da pequena burguesia. Para Lora,

“A multidão concentrada na Praça Murilo não foi pequena mas estiveram ausentes universitários e operários. Começaram a se agrupar, ao redor do MNR e do FSB, capas da classe média composta por pequenos comerciantes e proprietários, empregados públicos, desempregados, empresários, que desejavam que se estabelecesse um regime de *estabilidade institucional*, social e de garantias para eles, e que lhes providencie oportunidades para melhorar economicamente” (LORA, 1978, pp. 268-69; grifo nosso).

E as consignas eram: “fim da anarquia e do abuso; ordem, trabalho e disciplina; respeito da propriedade privada; desterro do comunismo e da violência e sua substituição pela lei etc.” (Idem).

Já Zavaleta afirma o seguinte:

“A manifestação antifacista realizada no dia anterior ao golpe foi numerosa, mas estava composta em sua grande maioria por operários e universitários, isto é, pela juventude da pequena burguesia. Também era numerosa a que festejou o trunfo de Banzer, mas estava composta unicamente por gente das camadas médias. Esta divisão expressa aproximadamente como estavam distribuídos os bandos [em luta]” (ZAVALETA, 1987, p. 261, nota 60).

Houve também manifestações a favor do golpe nas outras cidades importantes. O movimento golpista em Santa Cruz de la Sierra foi emblemático: as classes dominantes locais, com seu ativismo regionalista, conseguiram mobilizar – através do Comitê de Defesa pela Democracia - não apenas certas camadas médias ligadas à FSB e ao MNR-facção Paz Estenssoro, mas também amplos setores das classes populares contra o “regime comunista”.

Não foi por acaso que essa cidade converteu-se no “quartel geral” do movimento empenhado em derrubar o governo Torres (1970-1971). Dois fatores importantes contribuíram para explicar esse fenômeno:

- 1) Trata-se da região do país onde se concentra a grande propriedade fundiária, cuja classe é denominada, no jargão boliviano, “oligarquia cruceña”, da qual surgiu uma fração burguesa agroindustrial - uma das frações da burguesia interior na acepção de Poulantzas (1975); esta fração liderou a luta política do conjunto da classe fundiária no interior do bloco no poder, luta essa que aparece sob a forma de regionalismo e separatismo;
- 2) O grande capital financeiro americano - frações de capital articuladas às companhias petrolíferas, sob a égide da Gulf Oil Company, detentora do monopólio do petróleo boliviano desde 1956 – buscou apoio político no conjunto das classes proprietárias da região para manter seu monopólio e a induziu, através da promessa de outorga de alguns “benefícios” econômicos (aumento dos impostos petrolíferos que ficariam na região, fornecimento de gás gratuito para a cidade etc.), a aprofundar as práticas regionalistas dessa classe contra o governo central.

Certas frações da burguesia e setores das camadas médias locais estavam articuladas aos interesses das companhias petrolíferas, principalmente à Gulf Oil: advogados, economistas, engenheiros e especialmente empresários, cujas firmas (composta de médio capital) eram especializadas em fornecer uma ampla rede de serviços (transporte, importação-exportação) às empresas estrangeiras petrolíferas. Inclusive, detectamos que uma fração do capital mineiro-exportador participava nas atividades petrolíferas: trata-se de uma firma da família Hoschschild (sobrenome de um dos “barões do estanho”), a Samincorp. O grupo Coper, da família Lavadenz, junto com a firma Parker Drilling (especializada em fornecer equipamento e insumos para a indústria petrolífera) e a Gulf Oil, representavam a Samincorp (ALMARAZ, 1988, p, 105). Inclusive, no golpe falido de janeiro de 1971, Banzer se refugiou nas dependências da Gulf, mas logo foi preso e exilado.⁵

Por seu turno, as frações do capital bancário estadunidense - Banco de Boston, Bank of America, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a *Organización para el Fomento de Inversiones en América Latina* (ADELA) e a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID) - também buscaram apoio político dessas frações de classes locais (região de Santa Cruz) para incentivar a criação de um polo agrícola capitalista voltado para a exportação nessa região.⁶

Podemos, assim, entender porque o conjunto da classe fundiária da região de Santa Cruz, sob a égide da burguesia agroindustrial, passou a representar ideologicamente o bloco no poder, em franca desorganização na conjuntura 1970-71. Uma vez reorganizado esse último, essa fração burguesa passará a aspirar, ao longo dos anos 1970, à conquista da hegemonia por considerar que sua participação na derrubada do governo Torres teria sido crucial.

Podemos também entender porque nessa região ocorreu a maior quantidade de invasão de fazendas pelos trabalhadores rurais e camponeses-indígenas durante o governo mencionado. O conjunto da classe fundiária se vê também ameaçado pela ascensão do movimento operário que, nesse momento, estava trabalhando na construção da Assembleia Popular local.

A Assembleia estava sendo construída quando ocorreu o *putsch* militar, motivo pelo qual um significativo número de dirigentes da esquerda partidária e sindical, junto com universitários, foram executados pelo Exército no dia do golpe. Santa Cruz de la Sierra era a segunda cidade, depois de La Paz, onde se experimentou um maior avanço do movimento operário e por isso resistiu ao golpe com maior intensidade e, por conseguinte, sofreu baixas humanas consideráveis. Contrariamente aos dados oficiais, um cálculo conservador revela cerca de 50 pessoas assassinadas e mais de 200 presos, muitos deles desapareceram ou foram cruelmente torturados. Na cidade de La Paz morreram cerca de 500 pessoas no confronto com o Exército.⁷

Caráter internacional do golpe militar de 21 de agosto

Para completar o quadro da mobilização militar e “cívica” contra a Assembleia Popular e o governo Torres devemos também mencionar o caráter internacional que adotou o movimento golpista. O contexto político sul-americano estava praticamente polarizado entre regimes militares autoritários (Brasil, Argentina, Paraguai) e os de ascendência nacionalista ou “progressista” (Chile, Peru, Bolívia e Uruguai). Além do mais, o imperialismo estadunidense estava envolvido na guerra contra o Vietnã e não se arriscaria a realizar uma invasão direta a qualquer país sul-americano. Contudo, conforme o Relatório Rockefeller de 1969⁸, esse ator estava empenhado na instauração de regimes

autoritários, o que implicava a busca – uma vez redefinida sua política de intervenção na região - de consenso ideológico e militar para impor sua política de defesa hemisférica que, como se sabe, adotou o eufemismo de “segurança nacional”.

É neste contexto que os militares de direita bolivianos, alinhados com essa política de defesa e a favor da instauração da dominação do grande capital monopolista estadunidense, utilizaram como pretexto ideológico a “endêmica” instabilidade política e a suposta “vietnamização” da Bolívia para justificar a empreitada golpista contra um governo considerado comunista.

Os termos utilizados por Banzer são indistintamente “vietnamização” e “cubanização.”⁹ A participação dos Estados Unidos foi aberta e ostensiva: além do apoio econômico, forneceu apoio logístico através da embaixada do país, da CIA e da base aérea em La Paz (denominada “guantanamo”). As atividades golpistas estavam comandadas pelo Mj. Robert Lundin (papel semelhante teve o cnl. Fox no golpe de 1964). O jornal *The Washington Post* ratifica a participação do governo americano no golpe. Como era de esperar, o Departamento de Estado desmentiu tal informação.¹⁰

Além do Exército Cristão Nacionalista, outro grupo paramilitar também teve um papel crucial no golpe de agosto de 1971: a “guarda pretoriana” do grupo banzerista. Este estava sob o comando do nazista, o carniceiro de Lyon, Klaus Barbie (na verdade foi a CIA que o recrutou e lhe deu cobertura institucional, passando a ser um membro do serviço secreto na Bolívia). Além do mais, o grupo estava composto por nazistas, neofascistas e terroristas italianos (Joakim Fielberkon, Paglai e outros), suboficiais criminosos e anticomunistas (como Arce Gomez e o cnl. Selich), bem como por indivíduos recrutados do *lunpem* a serviço do Exército. Ao mesmo tempo, tal grupo constituiu-se em braço armado de um setor da máfia do narcotráfico, controlado por Roberto Suárez, primo de Banzer (DURAN Gil, 2000). Lembremos que um grupo paramilitar semelhante – as *Fuerzas Unificadas de Represión para el Mantenimiento Del Orden Democrático* (FURMOD) - funcionou no governo Barrientos (1964-1965; 1966-1969), sob comando do sargento Arguedas (CUEVAS, 2000).

Em suma, este grupo, subordinado ao Ministério do Interior e ao Exército, terá ampla liberdade de ação: espalhará terror nas cidades e, principalmente no campo, na caça aos “comunistas”, ao mesmo tempo que se articula ao narcotráfico. Durante quase todo o período do governo Banzer, a França pediu extradição de Barbie, sem sucesso, pois tinha proteção do governo boliviano e da agência de inteligência estadunidense (CIA).¹¹

Se tal empreitada adquiriu conotação internacional deveu-se ao fato de ser impulsionada pelo imperialismo estadunidense, com apoio do bloco de países alinhados com essa política de defesa. Mesmo partindo do suposto de que os militares brasileiros aspiraram a representar ideologicamente os interesses estadunidenses, pelo menos na América do Sul¹², vários autores sobrestimaram o “subimperialismo” brasileiro e argentino – isto é, exageraram sobre o papel desses dois países, principalmente do Brasil, no golpe na Bolívia, caindo numa concepção conspirativa. A pergunta é: não será que estaríamos diante uma situação de ofensiva ideológica do regime militar brasileiro no contexto de concorrência econômica, política e militar contra a Argentina, o que teria contribuído para reforçar a *hegemonia* estadunidense no Cone Sul? A análise desse tema, complexo por certo, escapa aos nossos objetivos aqui propostos.

Entretanto, podemos discutir, preliminarmente e a título indicativo, os temas subimperialismo e instabilidade política crônica na Bolívia.

Sem contar com a doutrina nacionalista dos militares da Escola Superior de Guerra (ESG) e dos militares e civis brasileiros que exerceram funções diplomáticas na Bolívia, e que participaram ativamente no golpe no âmbito do *Plan Cóndor*, vários autores levaram a

sério o “subimperialismo” brasileiro, como Gallardo (1991), Sandoval (1979, 1988), Needleman (1974) e Botelho (1974).¹³

Temos sublinhado a palavra hegemonia para nos distanciar das hipóteses mormente lançadas sobre o “subimperialismo” brasileiro (ou argentino etc.). Mesmo considerando a possibilidade de que, num contexto de transição capitalista periférica, em certos países considerados como potência média o fascismo assumiria uma forma subimperialista, achamos problemática a tese de que o Brasil teria assumido esse papel crucial na América Latina, como tende a sustentar Marini (1965, 1969 e 1973, pp. 74-75).

Vários autores consideram que a ditadura brasileira do período ter-se-ia alinhado diretamente com a política de defesa hemisférica do Pentágono e aspirou a “liderar”, ideologicamente, o Cone Sul. Contudo, devemos manter cautela diante das interpretações de Marini. Deve-se salientar que esse autor em momento nenhum elabora um conceito de “subimperialismo”, como ele próprio aponta, somente se limita a descrever o fenômeno com base em algumas variáveis econômicas - isto é, o autor tende a cair num outro extremo: endossa uma interpretação economicista do “subimperialismo”.

Ora, não negamos que no contexto internacional exista uma estrutura hierarquia de países, de acordo com o desenvolvimento do capitalismo e o tipo de industrialização instaurado em cada país, o grau de participação do capital estrangeiro, bem como o tipo de intervenção do imperialismo estadunidense. Mas não podemos reduzir esse fenômeno a um aspecto puramente econômico; ou ao contrário, ao aspecto político externo. E aqui as lições de Mao Tsé Tung (em *On Contradiction*) são fundamentais: as variáveis externas agem e se reproduzem através das internas. A nosso ver, o problema é mais complexo que o imaginado por Marini. Basta colocar um argumento importante para refutar sua interpretação: a superioridade econômica de um país sobre outro mais fraco nem sempre está determinada pela exportação de capitais e mercadorias (se aplicamos o conceito de imperialismo na acepção leninista), mas pode adotar uma forma política e ideológica: a luta pela atração do grande capital estrangeiro, cujas formas são variadas. Uma delas seria bloquear certos projetos de industrialização no país mais atrasado: isto teria acontecido com a ditadura brasileira diante da ditadura banzerista.¹⁴

Já as teses conspirativas sobre a origem da instabilidade política boliviana são abundantes e absurdas. A maioria delas se baseiam num determinismo geográfico: Bolívia = Estado tampão. Tratar-se-ia dum espaço onde se concentraria o equilíbrio das potências das repúblicas vizinhas, e o país que controle o território ocupado pela Bolívia teria as chances de controlar o Cone Sul. Ou então, o país sobreviveria, enquanto tal, devido a manutenção desse equilíbrio pelos seus vizinhos poderosos, etc.

Tais teses remontam aos trabalhos do espanhol Badia Malagrida, quem sustentou, no início do século XX, que a Bolívia seria um “paradoxo geopolítico” e “mero expediente da história”.¹⁵ Essas teses foram sistematicamente reproduzidas nas décadas seguintes pelos funcionários e geógrafos estadunidenses, ganhando maior ímpeto com o apoio das concepções de H. Mackinder elaboradas em 1904 sobre o “*heartland*” (região pivô natural ou zona de poder).¹⁶ Dado que a Bolívia seria um acidente histórico, cujo Estado foi criado artificialmente, ele padeceria de instabilidade política crônica. Estaria, aí, uma das origens da concepção de que o país seria um “refém geográfico”, da inviabilidade histórica da sua existência, uma explicação heurística da instabilidade política boliviana e da sua pobreza e fraqueza enquanto Estado-Nação.¹⁷

Entretanto, de um fator podemos estar seguros: a concorrência entre Brasil e Argentina sobre a representação do domínio estadunidense em relação à segurança hemisférica no Cone Sul não é nova. Basta aqui mostrar somente um aspecto dessa concorrência e seu impacto na Bolívia: a polêmica em torno do projeto de exploração das

enormes reservas de jazidas ferrosas de *El Mutún*, situadas na região extremo leste (Departamento de Santa Cruz, perto da fronteira com o Brasil). Em 1974, o governo Banzer assina um contrato com o governo Geisel para estabelecer um polo de desenvolvimento nessa região com base nesse projeto, incluindo a venda de gás. O que desperta o receio da Argentina e alimenta o nacionalismo de setores militares e das camadas médias bolivianas contra o acordo (QUIROGA, 1982a e 1982b). O governo argentino acusa o governo Banzer de se polarizar abertamente a favor do Brasil e desestabilizar o suposto equilíbrio regional. Conclusão: o projeto nunca se concretizou porque estavam em jogo poderosos interesses econômicos que influenciaram para bloqueá-lo em ambos os países. O conflito entre os três países estava instalado; e o acordo entre Bolívia e Brasil contribuiu para aprofundar o atraso da economia boliviana. Contudo, as razões do fracasso do projeto Mutún não se explicam unicamente por essas questões externas: há também fatores internos importantes em jogo, como a intensa busca de apoio político externo do governo Banzer para estabilizar o regime militar, que atravessava crises políticas mais intensas depois do autogolpe de 1974 (momento de recrudescimento da militarização do regime). É nesse contexto que deve-se entender o caráter internacional do golpe militar de agosto de 1971 na Bolívia.

Conclusão

O golpe de agosto de 1971 não teve um caráter fascista, preventivo e “cirúrgico”, tampouco o regime se configurou como fascista, conforme sustenta Lora e a maioria dos autores bolivianos. A condensação das crises e contradições da conjuntura de 1970-71 – portanto, do peso específico das variáveis internas – mostra que se trata de um golpe militar que destruiu o sistema político populista e a Assembleia Popular, num contexto de alta polarização política e acentuada luta de classes, próxima de uma guerra civil. Assim, instaura-se um regime ditatorial-militar de exclusão das massas populares e que tenta desmobilizar e liquidar politicamente o movimento operário. Se o golpe de 1964 foi movido por esses objetivos, mas sem concretizá-los com êxito pelo governo Barrientos, o golpe de 1971 seria o corolário desse ensaio. Houve significativa mobilização a favor do golpe por parte das camadas médias e populares influenciadas pelas frações de classe dominante conservadoras, mostrando o caráter de classe da empreitada golpista e seu caráter internacional. O grande capital financeiro estadunidense, associado ao capital mineiro-exportador e ao capital bancário estrangeiro, sob direção do primeiro, conquista a hegemonia política e acaba com a fase acentuada de desorganização do bloco no poder e do “equilíbrio instável”, porém entra numa nova fase de instabilidade ao longo da década de 1970.

Referências

ALMARAZ, S. Requiem para una República. La Paz: Los Amigos del Libro, 1988.

ARZE, E. La economía de Bolivia. Ordenamiento territorial y dominación externa, 1492-1979. La Paz: Los Amigos del Libro, 1979.

ASAMBLEA PERMANENTE DE LOS DERECHOS HUMANOS DE BOLIVIA (APDHB). Estudio sobre el valor adquisitivo del salario de los mineros. La Paz, marzo. 1978.

BOTELHO, R. *Proceso Del subimperialismo brasileño*. Buenos Aires: Universitaria de Buenos Aires, 1974.

CUEVAS, R. *Arguedas - Confidencial*. La Paz: Artes Gráficas Latina, 2000.

DURAN Gil, A. O narcotráfico nos governos militares e democráticos na Bolívia. *Premissas, Campinas*, V. 01, Nº 21, 2000, pp. 55-72.

DURAN Gil, A. *Estado Militar e Instabilidade Política na Bolívia (1971-1978)*. Tese doutorado em Ciências Sociais, IFCH/UNICAMP, Campinas, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000311497>>.

DURAN Gil, A. O Caráter das crises políticas durante o governo Torres e a Assembleia Popular na Bolívia (1970/1971). In: *Anais do 5º Colóquio Internacional Marx-Engels, IFCH/UNICAMP, 2007*. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7/ses_sao3/Aldo_Duran.pdf>.

DURAN Gil, A. A política agrária boliviana sob o governo Morales. *Revista História & Luta de Classes*, v. 16, p. 49-54, 2013.

ECHAZÚ, J. *El Militarismo Boliviano. (La anti-historia de Bolivia)*. La Paz: Liberación, 1988.

FIFER, J. V. *Bolivia: Land, Location and Politics since 1825*. Cambridge: University Press, 1972.

GALLARDO, J. *De Torres a Banzer. Diez meses de emergência em Bolivia*. La Paz: Editorial G.H., 1991.

GODOY, S. O. El Mito de la ‘Independencia Concedida’: Los Programas Políticos Del Siglo XVIII y Del Temprano XIX en el Perú y Alto Perú (1730-1814). In: INGE, B. & KAHLE, G. (edit.). *Problemas de la Formación del Estado y de la Nación en Hispanoamérica*. Köln: Böhlau Verlag, 1984. pp. 55-92.

KLARE, M. & STEIN, S. *Armas y poder em América Latina*. México: Ediciones Era, 1978.

HEPPLE, L. W. *Lewis Tambs, Latin American Geopolitics and the American New Right*. School of Geographical Sciences, University of Bristol, England. S/D. 26 pp. Disponível em: <<http://www.bristol.ac.uk/geography/documents/hepple/lewis.pdf>>. Acesso em 15/07/2014.

HUGGINS, M. K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

LAVAUD, J-P. L'instabilité Politique de l'Amérique Latine. Le cas bolivien. Paris: Editions l'Harmattan, 1991.

LORA, G. Bolivia: de la Asamblea Popular al Golpe Fascista. In: Estudios Histórico-Políticos Sobre Bolivia. La Paz: El Amauta, 1978.

LUCE, M. S. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. Crítica Marxista, nº 36, 2013.

MARINI, R. M. Dialéctica de la Dependencia. México: Edições Era, 1973.

MARINI, R. M. Brazilian Interdependence and Imperialist Integration. Montly Review, Nova York, Nº 7, Dez, 1965.

MARINI, R. M. Subdesarrollo y Revolución. México: Siglo XXI, 1969.

MARTINS, M. A. Mario Travassos e Badia Malagrida: dois modelos políticos sobre a América do Sul. Dissertação de Mestrado, PROLAM-USP, São Paulo, 2011.

MIYAMOTO, S. A Política de Defesa Brasileira e a Segurança Regional, Primeira Versão, Nº 91, IFCH/UNICAMP, agosto, 2000.

MORAES, J. Q. Liberalismo e ditadura no Cone Sul. Campinas: Editora da UNICAMP/IFCH, 2001.

NEEDLEMAN, R. "Bolivia: Brazil's Geopolitical Prisoner", Latin America & Empire Report, NACLA'S, Vol. VIII (2), feb., 1974.

PERIÓDICO HOY, AGOSTO DE 1971. La Paz, Bolívia.

PERIÓDICO PRESENCIA, OCTUBRE DE 1971, La Paz, Bolívia.

POULANTZAS, N. Poder Político e Classes Sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

POULANTZAS, N. As classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

QUIROGA S. C., M. Bolivia Recupera la Palabra: Juicio a la dictadura. La Paz: Ediciones M.E.P., 1982 (a).

QUIROGA S. C., M. Oleocracia o Patria. México: Siglo XXI, 1982 (b).

SANDOVAL, R. Culminación y Ruptura del Modelo Nacional-Revolucionario. Torres en el escenario político boliviano. La Paz: Editora Urquiza, 1979.

SANDOVAL, R. El Proyecto Político Militar - 1971-1982. El Estado de la Seguridad Nacional en Bolivia. Santa Cruz: Editorial Universitaria, 1988.

SIVAK, M. El asesinato de Juan José Torres. Banzer y el Mercosur de la muerte. Buenos

Aires: SERPAJ, 1997.

SIVAK, M. El Dictador elegido. *Biografía não autorizada de Hugo BanzerSuárez*. La Paz: Plural, 2001.

SORIA, C. Barbie–Altmann. De la Gestapo a la CIA. La Paz: Roalva, 1986.

SOUZA, A. M. Crítica à noção de subimperialismo, *Crítica Marxista*, nº 36, 2013.

TAMBS, L. A. Geopolitical factor in Latin America. In: BAYLEY, N. A (ed.). *Latin America: Politics, Economics and Hemisphere Security*. New York: Praeger, 1965.

ZAVALETA, R. El Poder Dual. Problemas de la teoría del Estado en América Latina. La Paz: Los Amigos del Libro, 1987.

Notas

¹ Este artigo foi elaborado com base no item 1.2 (“Significado do golpe militar de 21 de agosto de 1971”) do capítulo 1 da minha tese de doutorado intitulada *Estado Militar e Instabilidade Política na Bolívia (1971-1978)*: consultar Duran Gil (2003, pp. 61-66).

² Sociólogo e cientista político, professor do Instituto de Ciências Sociais da UFU, coordenador do Grupo de Pesquisa Estado e Capitalismo na América Latina, integrante do Grupo de Pesquisa Estado, Democracia e Educação (GPEDE/UFU) e do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Sociedade (GPTES/UFU), e atualmente realizando o Pós-Doutorado na FFLCH/USP.

³ Em relação ao contexto de condensação das crises políticas que antecederam ao golpe de 21 de agosto de 1971 e que se articulam com ele, consultar Duran Gil (2003, pp. 66-82, capítulo 1, item 1.3 - “As crises políticas na conjuntura 1970-71: o governo Torres e a Assembleia Popular”). Ver também “O Caráter das crises políticas durante o governo Torres e a Assembléia Popular na Bolívia (1970/1971)” (DURAN Gil, 2007). Este artigo será proximamente publicado na Revista Lutas Sociais (2014).

⁴ A FPN era composta por quatro partidos: o *Movimiento Nacionalista Revolucionário* (MNR, facção Paz Estenssoro, de orientação liberal-conservadora), a *Falange Socialista Boliviana* (FSB, de orientação fascista), a *Confederación de Empresarios Privados de Bolivia* (CEPB) – que funcionou abertamente como partido político – e o “partido militar”, comandado por integrantes conservadores do Exército, do qual fazia parte o grupo banzerista. A função da FPN era buscar institucionalizar e estabilizar o governo militar comandado por Hugo Banzer, porém não teve êxito, mais o menos semelhante ao caso brasileiro em relação à função dos partidos ARENA e MDM no período do regime militar. A coalizão foi desfeita em 1974 graças a um “autogolpe” perpetrado pelo grupo banzerista que expulsou do governo o MNR e o FSB.

⁵ Em outro trabalho temos demonstrado o caráter da articulação entre o capital mineiro-exportador e as frações burguesas desta região de Santa Cruz de la Sierra (burguesia agrária, agroindustrial, comercial e a grande propriedade fundiária), que apoiaram o grupo banzerista. Ver Duran Gil (2003), consultar capítulos 2 e 3.

⁶ Sobre a questão das transformações capitalistas da estrutura agrária da região de Santa Cruz, ver: Duran Gil (2013).

⁷ Esses dados são fornecidos por Gallardo (1991), Sandoval (1979), Echazú (1988) e a APDHB (1978).

⁸ Ver N. A. Rockefeller, “Quality of Life in the Americas – Report of a President Mission for the Western Hemisphere”, Department of State Bulletin, December 8, 1969, apud Klare & Stein (1978, pp. 96-97).

⁹ Ver jornal *Hoy* de 27/8/1971 e “Mensaje a la Nación”, jornal *Presencia* de 13/10/1971.

¹⁰ *Hoy*, 31/8/1971.

¹¹ Ver Soria (1986) e Sivak (1997 e 2001). Sobre a tendência da privatização dos meios repressivos militar-policiais, praticada pelo Departamento de Estado e pelo Pentágono estadunidense, e aplicado pelo Exército boliviano, ver Klare & Stein (1978) e Huggins (1998).

¹² Sobre o alinhamento direto dos militares brasileiros consultar: Quartim de Moraes (2001) e Miyamoto (2000).

¹³ A mesma postura podemos detectar em certos autores em relação ao “subimperialismo” argentino, como Sivak (1997, p. 55), entre outros.

¹⁴ Essa reflexão sobre o subimperialismo e a nossa crítica contra as teses de Marini sobre esse assunto, feita nos parágrafos acima, foram redigidas na minha tese de doutorado em 2003: consultar Duran Gil (2003, pp. 64-65). Souza (2013) também chega a uma conclusão semelhante à minha sobre as teses de Marini. Ver também Luce (2013), entre outros, que defende as teses de Marini.

¹⁵ A obra do autor, *El factor geográfico en la política sudamericana*, foi publicada em 1919. No Brasil, Mário Travassos defendeu teses semelhantes às de Malagrida. Um trabalho importante que compara o pensamento desses autores, principalmente no que diz respeito à concepção de a Bolívia ser um “paradoxo geopolítico” ou “mero expediente da história”, fornece Martins (2011).

¹⁶ Os trabalhos mais conhecidos, antes do manual de Golbery do Couto e Silva, que também reproduz as teses de Malagrida, são os de J. L. Bryce, A. C. Coolidge, J. B. Alberdi e L. A. Tambs. Este último foi embaixador estadunidense na Costa Rica e na Colômbia na década de 1980; esteve envolvido no escândalo Irã-Contras em relação à ação militar contra o regime sandinista nos anos 1980 junto com o coronel Oliver North. Representante da nova direita estadunidense e alinhado a Ronald Reagan, Tambs reproduz as teses de Mackinder sobre o “heartland”, via Malagrida e Travassos, aplicando-as à região sul-americana. Sobre o caso boliviano, quem controlasse a região pivô Santa Cruz, controlaria o “Heartland Charcas” e, ao mesmo tempo, controlaria e comandaria América do Sul (no período da colônia espanhola a região ocupada pela Bolívia era conhecida como a zona da Real Audiência de Charcas, que fazia parte do Vice-reino do Peru e logo do Vice-reino do Rio da Prata). O Brasil teria um papel significativo nesse processo. Ver Tambs (1965). Um trabalho importante que analisa essa problemática oferece L. W. Hepple (s/d). A geógrafa inglesa Fifer (1972) tende a levar a sério os trabalhos daqueles autores.

¹⁷ Autores como Sandoval (1988) e Lavaud (1991) - este de forma solapada - caíram na armadilha da concepção do “Estado tampão”. Uma crítica dessas concepções se encontra no extenso livro de Arze (1979). Ver também Godoy (1984).

Recebido em Dezembro/2013

Aprovado em Janeiro/2014